



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Sobre o entrelace entre memória e silêncio na produção do Jornalismo Ambiental: um horizonte para a pesquisa¹

Janaíne Kronbauer dos Santos²

Resumo: Colocar em perspectiva a intersecção entre o Jornalismo Ambiental – tomado enquanto sistema perito (GIDDENS, 1991) –, a constituição da memória (LE GOFF, 1994) e o silêncio (ORLANDI, 2007) é a proposição deste trabalho. A partir de uma revisão de literatura que recupera os sentidos das definições conceituais desses termos, avançamos na proposição da necessidade de realizar uma investigação acadêmica que procure estruturar uma cartografia dos caminhos até aqui percorridos pelo Jornalismo Ambiental. Considera-se para isso o ineditismo desta proposta e o fato de o Rio Grande do Sul ser, em âmbito nacional, a unidade federativa pioneira na prática de um Jornalismo Ambiental engajado em prol da defesa do meio ambiente e com uma visão integradora de todos os elementos que fazem parte do viver em sociedade.

Palavras-Chave: 1. Ambiente Natural 2. Sistema perito 3. Credibilidade 4. Enquadramento 5. Cartografia

1. Considerações iniciais

O Jornalismo exerce um papel fundamental na sociedade, mesmo diante dos constantes desafios³ colocados à sua manutenção e tornados mais evidentes na atualidade. Campo profissional repleto de significados, além de contribuir para a circulação da informação, o Jornalismo tem um papel fundamental para a formação da opinião do público sobre os variados eventos e acontecimentos em transcurso. Nesse mesmo contexto está também a perspectiva do Jornalismo Ambiental, fruto de uma atuação engajada de seus agentes, cuja visão considera a realidade social a

¹ Trabalho desenvolvido a partir do vínculo ao Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental da UFRGS.

² Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS), professora do Curso de Jornalismo da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – RS, participa dos Grupos de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (UFRGS) e CIPECOM (UNICRUZ). E-mail: sjanaines@gmail.com.

³ Os desafios aos quais se faz referência aqui são relacionados à evolução tecnológica do campo profissional e que geram impacto junto à comunidade profissional em decorrência da necessidade de adaptação; ao modelo de negócio a ser adotado para a manutenção do Jornalismo enquanto prática profissional responsável; e à própria definição do que seja o Jornalismo, num mundo em que hoje a maioria dos indivíduos tem a possibilidade de difundir informações, quebrando a rotina unilateral visualizada até há pouco.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



partir de um olhar de maior amplitude, comprometido não apenas com as questões usuais à prática jornalística profissional, mas também com o espaço socioambiental onde ocorre toda e qualquer atividade.

Se a periodização acerca da produção jornalística (como um todo) está amplamente sistematizada, a busca pelos passos que compõem a trajetória do chamado Jornalismo Ambiental ainda é algo a ser alcançado. É nesse sentido que o trabalho aqui apresentado busca acenar, identificando uma lacuna nessa área e destacando a importância de a mesma ser registrada para a efetiva constituição de sua memória no campo do Jornalismo.

Nas linhas que seguem, evidenciamos a estrutura apresentada pelo Jornalismo, com algumas definições consideradas nesse campo. A partir disso, buscamos entrelaçar alguns conceitos vinculados a essa área do conhecimento (sistema perito, construção social, memória e silenciamento) para, finalmente, dar conta de um detalhamento quanto à produção relativa ao estado da arte em Jornalismo Ambiental no Brasil atualmente.

2. Das definições do campo do Jornalismo

Historicamente, os primeiros passos de um Jornalismo ainda incipiente remetem a 1605, com o *Nieuwe Tijdinghem* (primeiro jornal bimensal produzido na Europa), e depois a 1702, com o primeiro diário europeu, o *Daily Courant* (NOBLAT, 2008). Desde então a prática da profissão vem sendo aprimorada, mas uma característica que permanece é o seu vínculo com o exercício político do poder – atrelado a grupos detentores de capital econômico e/ou simbólico.

Nas sociedades democráticas, o Jornalismo exerce uma função de grande relevância, pois determina aquilo que merece ser evidenciado na esfera social. Seu exercício absorve uma responsabilidade singular no trato informativo, já que “as notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social” (TRAQUINA, 2013, p. 20).

No ideário da profissão encontram-se nortes como compromisso com a verdade, objetividade, pluralidade de vozes e fontes, dentre outros, e, como resultado final dessa gama de



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



predicados, a credibilidade – tomada por Berger (1998) como o capital essencial a esse campo⁴. Junto a tais elementos, associa-se a definição conceitual em torno de sistema perito, proposto por Giddens (1991) como a aplicação efetiva de habilidades das quais se tem profundo conhecimento:

Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. [...] Minha “fé” não é tanto neles [indivíduos], embora eu tenha que confiar em sua competência, como na autenticidade do conhecimento perito que eles aplicam – algo que não posso, em geral, conferir exaustivamente por mim mesmo (GIDDENS, 1991, p. 35).

Aplicada ao Jornalismo, a definição de sistema perito enquanto prática profissional marcada pela excelência se associa a três elementos vinculados à confiança⁵.

[...] o leitor/ouvinte/espectador, no papel de consumidor de notícias, mantém em relação ao jornalismo uma atitude de confiança, similar à dos outros *sistemas peritos*, que pode ser dividida em três momentos: 1) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; 2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos do relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de “fatos” disponíveis (MIGUEL, 1999, p. 199, grifo do autor).

Em linhas gerais, não é possível, necessariamente, àquele que recebe a informação verificar sua autenticidade. No entanto, tal confiança está de modo tão intenso presente no imaginário coletivo sobre a profissão jornalística que tais características são tomadas como se já estivessem ali, naturalizadas. Os indivíduos, por sua vez, esquecem que é possível que tais condições nem sempre sejam atendidas.

É nesse âmbito que se insere a perspectiva a partir da qual se toma o Jornalismo aqui: compartilhamos do entendimento de que sua produção é um processo construído. Tal construção ocorre a partir de uma série de fatores presentes, desde a seleção e edição até constrangimentos organizacionais (BREED⁶; SCHUDSON⁷; TUCHMAN⁸ *apud* TRAQUINA, 2005) inerentes à rotina produtiva e que acabam determinando a linha editorial adotada por cada veículo noticioso.

⁴ No sentido proposto por Bourdieu (1983).

⁵ Giddens (1991, p. 41) define a confiança como a “[...] crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probabilidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico)”.

⁶ BREED, W. (1955/1993) “Social Control in the Newroom: A Functional Analysis”. *Social Forces*, Vol. 33, Outono. No livro de Nelson Traquina (Org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e ‘Estórias’*. Lisboa: Veja.

⁷ SCHUDSON, M. (1982/1993). “The Politics of Narrative Form: Emergence os News Conventions in Print and Television”. *Daedalus*, Vol. 111. In Traquina, N.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/



A partir de seu discurso, o Jornalismo legitima ou desaprova as práticas socioculturais de seu meio e, além disso, ao assumir a prerrogativa de definir parâmetros de comportamento para a coletividade, também determina o que se constitui em regra e/ou desvio nesse mesmo contexto (BENETTI, 2008). Por também assumir uma função pedagógica, o Jornalismo é investido igualmente de um risco, pois sua responsabilidade no trato com a informação é de grande relevo e, conforme propõe a deontologia da profissão – nem sempre considerada em função dos interesses de toda ordem identificados nos bastidores das redações –, sua produção deve estar ancorada na ética e na responsabilidade no trato informativo.

Se no universo noticioso há a definição dos chamados critérios de noticiabilidade⁹, é preciso ampliar o olhar quanto a essa questão e perceber que nem todos os fatos que mereceriam receber destaque efetivamente o recebem – mesmo quando se trata de meios de referência¹⁰ no cenário informativo¹¹. Tal constatação coloca em xeque a própria definição de que o Jornalismo é um sistema perito, ancorado na confiança do público em torno da pertinência da informação até ele levada.

Desde a fase de sua instituição enquanto processo habitual, integrante e integrador da sociedade, o Jornalismo assumiu a função de sistematizar a vida e o próprio mundo como um todo. Esse processo foi conduzido a partir de uma visão cartesiana, funcionalista e linear. Através da disposição da notícia, a população pode ter acesso a uma série de orientações e/ou direcionamentos em relação a determinada pauta, pois o Jornalismo se autoatribuiu a responsabilidade pela “formação” de seu público e este, por sua vez, partindo da ótica de que o Jornalismo é um sistema perito, não raro se abstém de fazer qualquer questionamento sobre a informação a que se tem acesso.

⁸ TUCHMAN, G (1991). “Qualitative Methods in the Study of News”. No livro de Jensen e Jankowski (Eds.). A Handbook of Qualitative Methodologies for Mass Communication Research. London: Routledge.

⁹ Traquina (2013, p. 61) faz uma longa contextualização sobre a definição dos valores-notícia. Segundo ele, “[...] os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valões-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável”.

¹⁰ Ao longo do artigo, em vários momentos, o termo jornalismo de “referência” faz alusão a veículos de comunicação mais tradicionais, que por sua longa trajetória no campo do Jornalismo são reconhecidos socialmente como relevantes por sua atuação.

¹¹ Tal fato pode decorrer do posicionamento editorial dos veículos e, portanto, de sua própria ideologia.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



É nesse ponto que se agravam algumas situações-problema, pois é inconteste a interferência sofrida pela prática do Jornalismo a partir das empresas que o sustentam. Há sempre interesses em torno da construção noticiosa que, segundo o que pregam as cartilhas das redações e as próprias percepções dos profissionais das redações, não podem/devem ser confrontados. A seguir, quando já inserida a discussão em torno do Jornalismo Ambiental, retomaremos esse ponto de nossa reflexão.

3. Jornalismo e memória

Pensar a prática do Jornalismo como o registro em torno dos acontecimentos de maior relevância na esfera social é uma constatação patente. Por isso mesmo, questionar o modo como esse registro é feito pode despertar pouco interesse, afinal, a partir de um sistema produtivo caracterizado como perito, já se subentende que a tônica de sua produção atenda a todas as necessidades básicas para que sua lisura, adequação e/ou retidão sejam satisfeitas.

Difícil não incidir em um equívoco se essa for a única perspectiva de interpretação adotada pelo público¹² que consome a informação jornalística, pois o olhar do profissional da informação nem sempre consegue atender a todos os parâmetros tidos como essenciais para a produção da notícia, como já apontado acima. É necessário, no entanto, entender a importância que todo e qualquer registro efetuado no âmbito do Jornalismo assume, pois por meio dele será constituída uma parte – talvez a mais fortemente cristalizada – da memória em torno do assunto/tema ali retratado.

A memória que se pode construir a partir do relato jornalístico está vinculada ao resgate de informações relacionadas aos diferentes grupos que integram a sociedade, uma vez que “os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do

¹² O Índice de Percepção do Cumprimento da Lei – IPCLBrasil, levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas, indicou, em 18/06/2015, que a confiança da população brasileira na mídia impressa cresceu de 42% para 45% entre 2014 e 2015. De um total de onze instituições avaliadas, a mídia impressa está em quarto lugar no ranking, e as informações veiculadas a partir da televisão ocupam o sexto lugar. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/economia/2015/06/cresce-a-confianca-dos-brasileiros-na-imprensa-escrita-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 09/07/2015.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem ‘na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui’” (LE GOFF, 1994, p. 424).

Numa interface que põe em perspectiva a prática jornalística e a constituição da memória social em torno de determinado assunto, o suporte que materializa a constituição do relato assume relevância acentuada. Aqui nos referimos à linguagem, identificada no cotidiano da prática jornalística de modo natural. Fundamentando essa constatação, Le Goff (1994, p. 425) referencia Henri Atlan (1972, p. 461) quando este afirma:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento de nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória.

A sistematização da vida social efetuada pelo Jornalismo a partir da linguagem é um aspecto positivo quando se pensa no mesmo a partir de uma ótica linear. É preciso considerar, no entanto, que tal perspectiva dificilmente ocorre, pois o dinamismo da vida interfere diretamente na maneira como tudo se processa e, considerando-se uma característica natural ao próprio Jornalismo, não é possível esperar que os fatos ocorram para que, após sua análise pormenorizada, sejam noticiados. O *timing* do Jornalismo pressiona para que a informação seja veiculada com agilidade e rapidez e, por mais que se queira praticá-lo do mais perfeito modo, o erro é algo que pode ocorrer a qualquer instante; suas consequências podem surtir efeitos a longo prazo e, aqui, fazemos referência à memória coletiva estruturada a partir das informações veiculadas em periódicos jornalísticos.

Paralelo a isso, o fato de as publicações jornalísticas poderem ser utilizadas para pesquisas históricas afere a essa atividade responsabilidade ainda maior, pois, para muitos estudos que se realizam a partir das publicações jornalísticas, a informação contida no texto é tomada como absolutamente verdadeira. Nesse sentido, Michael Pollak, já em 1989, no artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”, propõe que:

[...] as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento [no caso, jornalístico], sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural (POLLAK, 1989).



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Exercendo tal centralidade na constituição da memória social, entendemos que a produção jornalística deva se apresentar e ser levada a efeito de modo comprometido com os princípios que conformam seu campo. Profissão a qual se atribui caráter nobre devido a sua natureza, o imaginário idealizado em torno dela ainda se mantém na mente de muitos de seus profissionais ou, mesmo, de estudantes, que anseiam por contribuir para a “transformação do mundo”; contudo, quando se identificam deslizos (intencionais ou não) cometidos pela imprensa, percebe-se que nem sempre essa perspectiva é atendida e, mais grave do que isso, pode-se verificar a prática do silenciamento diante de temas e questões que deixam de ser abordados no processo de produção da notícia.

Pollak (1989) faz menção ao “modo de fazer” presente na constituição de memórias e permite que se visualize esse processo como uma construção.

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar **como os fatos sociais se tornam coisas, como por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade**. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, grifo nosso).

Ao projetar essa perspectiva sobre a prática do Jornalismo e a estruturação da memória, entende-se o quão relevante é essa tarefa. A partir das informações ali postuladas serão também sedimentadas memórias coletivas.

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1994, p. 426).

A partir do entendimento de Le Goff, percebe-se a importância que a linguagem (aqui instrumentalizada pelo Jornalismo) assume diante da sociedade. Aquilo que recebe destaque e aquilo que não é revelado no trato informativo interferem diretamente na memória que se tem acerca de determinado aspecto da vida. Quando se pensa a partir da perspectiva do ambiente natural e do Jornalismo praticado em torno dele, fica evidente a necessidade de se propor uma nova realidade para minimamente equalizar essa situação. É acerca dessa perspectiva que avançamos a seguir.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



4. Caminhos do Jornalismo Ambiental

O hoje chamado Jornalismo Ambiental tem sua origem a partir da prática de outra especialidade, a do Jornalismo Científico, o qual desenvolveu sua trajetória em âmbito mundial de modo integrado até o final dos anos 1960 e início dos anos 1970. No Brasil, especialmente, a distinção entre essas duas vertentes ocorreu no final de década de 1980, com a realização do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente. O evento foi organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em 1989 (BELMONTE, 2015) e é considerado preparatório – um marco, portanto – à ECO 92¹³, realizada no Rio de Janeiro três anos depois.

A partir daquele instante institui-se a produção de conteúdo voltado à área ambiental de modo mais intenso na grande imprensa brasileira. Isso não significa, no entanto, que anteriormente tal prática não ocorresse; ficava apenas mais restrita a veículos de menor porte e, conseqüentemente, circulação. As questões ambientais não faziam parte da agenda central dos periódicos jornalísticos.

Apesar de a pauta ambiental estar presente de modo evidente nessa mesma editoria, o tema não se esgota apenas na abordagem que considera flora e fauna. Há uma série de questões adicionais que complementam a produção do texto jornalístico de viés ambiental, pois esse é um trabalho que demanda um olhar cuidadoso, panorâmico, no qual se precisa mergulhar com profundidade.

Por ser também uma especialidade, o Jornalismo Ambiental pode ser tomado a partir da definição de excelência que caracteriza os sistemas peritos, cuja prática segue em busca da transversalidade, encontrando aqui um espaço possivelmente mais propício para sua efetivação, como propõe Belmonte (2015, p. 10).

¹³ A ECO 92 foi a segunda edição da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (o primeiro encontro ocorreu em Estocolmo, Suécia, em 1972). O evento ocorreu no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de Junho de 1992 e reuniu delegações de 175 países, além de movimentos sociais, sociedade civil e iniciativa privada. O objetivo era definir um novo modelo de desenvolvimento econômico que se alinhasse à proteção da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos, mas sem uma data estipulada. O principal documento resultante da ECO 92 foi a Agenda 21, a qual definiu uma série de políticas e ações que tinham como eixo o compromisso com a responsabilidade ambiental



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/

O meio ambiente do jornalismo ambiental é um meio ambiente mais largo do que o meio ambiente do jornalismo científico, “trazendo em si os sentidos de coletividade, qualidade de vida e sustentabilidade da vida no planeta” (LOOSE, 2010, p. 34). [...] ser jornalista ambiental não é apenas ser perito nos temas que envolvem o meio ambiente, exige um olhar diferenciado sobre o mundo.

Uma visão fragmentada acerca do meio ambiente, que o visualize apenas como algo pontual, restrito a uma área em específico (a natureza), sem considerar as inter-relações complexas presentes no sistema social, não contempla a diversidade de aspectos encontrados no entorno da discussão sobre a prática do Jornalismo Ambiental, o qual se apresenta como um conjunto de elementos de ordem variada e que, integrados, compõem uma teia de conexões, no sentido proposto por Capra (2005).

A desconsideração em relação ao ambiente natural foi motivo de preocupação já na década de 1970, quando o filósofo norueguês Arne Naess propôs a definição do termo “ecologia profunda”. Já naquele período, Naess fez alusão a uma visão de e sobre o mundo que suplantava a mera exploração dos recursos naturais com vistas ao crescimento econômico. Na percepção dele é preciso que a humanidade tenha uma visão ampliada e integradora da existência de todos os seres vivos no planeta para que sua própria existência não venha a ser ameaçada.

A seguir recuperamos uma definição conceitual para o Jornalismo Ambiental proposta por Belmonte:

[...] uma especialização temática, consolidada no Brasil na última década do século XX, comprometida com uma qualidade de vida planetária e com a construção social de uma realidade mais justa e ecológica. Entre suas características estão: a contextualização socioambiental, a relação risco/limite, os processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica. Para puxar e interpretar todos estes fios com uma abordagem transversal que vai além das consequências em busca das causas e soluções, uma diversidade de fontes é sempre necessária. Assim como um profundo comprometimento ético com a profissão (BELMONTE, 2015, p. 12).

Como a definição acima indica, a gama de elementos que caracterizam o Jornalismo Ambiental é diversa e seu escopo ancora-se em construções não apenas de perfil teórico, mas que podem ser identificadas no dia a dia do viver em sociedade. A partir de pensadores como Capra (2005), Leff (2012), Maturana (2014), Shiva (2003), Girardi e Schwaab (2008), dentre outros¹⁴,

¹⁴ Destacamos também, como referências, Porto-Gonçalves (2005), Bueno (2007), Trigueiro (2012), Pelizzoli (2002), Unger (2000), Morin e Kern (1995) e Hannigan (2009).



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/

encontramos argumentos que evocam, mais do que um debate, um sensibilizar dos indivíduos para a ação.

Dificuldade, talvez, para que essa sensibilização ocorra é o reduzido espaço que ainda hoje a pauta recebe nos periódicos jornalísticos. O tema “meio ambiente”, com toda a gama de questões que lhe são acessórias, mas que impactam de modo direto seu horizonte, passa despercebido do olhar da população. Esta, por sua vez, se atém justamente a fatores que são, sim, relevantes (política e economia, especialmente), mas, em linhas gerais, complementares ao cerne da própria existência e manutenção da vida no planeta.

A ótica de raciocínio de considerável parcela da humanidade, possivelmente sua maioria, parece estar com o foco disperso, míope. Isso se revela a partir das prioridades concedidas a questões que não atendem àquilo que é básico a todas as formas de vida, o ambiente natural. A visão antropocêntrica do mundo se fortalece a partir dos sistemas econômicos, levados a efeito via ações políticas. Nesse ponto é preciso adicionar, ainda, outro ingrediente, o individualismo, cada vez mais manifesto no comportamento humano.

Nos dias atuais, a prevalência da tônica neoliberal busca fazer valer (também a partir da informação veiculada) uma perspectiva que toma a natureza como mero objeto utilitário à disposição do homem para o uso que se queira dela fazer. Não há qualquer indício de reflexão sobre os efeitos que as práticas da exploração continuada de recursos naturais ocasionam, problema em relação ao qual também os meios de comunicação silenciam.

Recorremos, aqui, à definição de “silenciamento” de Orlandi (2007, p. 83), utilizada na Análise do Discurso (AD) de origem francesa, para elucidar o ponto de vista a partir do qual entendemos seu significado na produção do texto jornalístico. Ao abordar o silenciamento ou a política do silêncio, a autora faz uma distinção entre o silêncio constitutivo¹⁵ e o silêncio local. Neste estudo, interessa-nos a conceituação desse último:

¹⁵ Para Orlandi (2007, p. 83), no silêncio constitutivo, “[...] uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não dizer: se digo ‘sem medo’ não digo ‘com coragem’)”.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



[...] o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa ditadura não se diz a palavra ditadura não porque não se saiba mas porque não se pode dizê-lo). As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc.

A partir da definição da autora, interessa-nos também questionar o motivo de uma atividade profissional – entendida como perita e que, portanto, atenderia a uma série de pressupostos básicos – optar por silenciar e/ou omitir aspectos relevantes da produção noticiosa e que deveriam ser levados ao conhecimento do público. Apenas uma possibilidade, neste momento, surge em nosso horizonte interpretativo como resposta: interesses de ordem privada.

Aliado a isso, há o desinteresse das pessoas em relação à necessidade de preservação dos insumos básicos à vida. As questões ambientais somente são destacadas quando algum problema de grande impacto já ocorreu e se tenta combater efeitos, e não causas. É em contextos de catástrofes e/ou desastres naturais que alguma atenção sobre o assunto é dada, tanto pelas populações atingidas quanto pela mídia como um todo, que passa a realizar uma cobertura pontual, na qual tem-se a sensação de que mais do mesmo volta a ser apresentado, sem que nenhuma proposta resolutiva se efetive.

No caso da prática jornalística, vale fazer menção, uma vez mais, às considerações de Giddens (1991, p. 36) sobre o sistema perito. Para o autor, “há um elemento pragmático na ‘fé’, baseado na experiência de que tais sistemas geralmente funcionam como se espera que eles o façam”. Talvez resida aí o motivo do não questionamento dos indivíduos acerca da prática do Jornalismo. Nesse cenário, a informação jornalística poderia evidenciar de modo mais contundente sua característica de mediadora em prol do interesse público, apurando, investigando e denunciando práticas escusas, se identificadas.

5. A intersecção dos elementos

Pensar de modo integrado é uma característica própria àqueles que se dedicam ao estudo do campo ambiental. Aqui inserimos também a perspectiva do Jornalismo, à qual atribuímos relevância central ao visualizar o compromisso e a função que o mesmo pode desempenhar. Nesse



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/



sentido, a nós fica explícito o cruzamento entre a prática do Jornalismo enquanto sistema perito, as especificidades do Jornalismo Ambiental, os silenciamentos identificados nessa área e a constituição de sua memória.

Apropriamo-nos da definição de sistema perito de Giddens (1991) e buscamos inseri-la no campo do Jornalismo, pois em condições ideais este assim pode ser considerado. Ocorre, no entanto, que a prática da profissão, por mais bem-intencionada que seja/esteja, pode incorrer em equívocos durante sua condução – seja por causa de cerceamentos organizacionais ou, mesmo, por negligência dos próprios jornalistas.

A partir disso, consideramos que, no caso do Jornalismo Ambiental, cujos horizontes estão em expansão no meio acadêmico e também em ações conjugadas de comunicação entre movimentos da sociedade civil organizada e profissionais do campo (que se distribuem por todos os territórios), é preciso desenvolver um trabalho de pesquisa que busque constituir uma espécie de cartografia das memórias que vêm sendo construídas em torno desse campo.

Como já apontamos, é por meio daquilo que o Jornalismo informa que a memória em torno dos diferentes acontecimentos se cristaliza junto ao imaginário coletivo. Diferentemente do papel da História, o Jornalismo apresenta seu foco voltado à cobertura de eventos durante o momento de sua ocorrência. Daí a necessidade de haver cuidado com aquilo que se comunica e, igualmente, com aquilo que se deixa de informar – aquilo que, na definição de Orlandi (2007), é silenciado.

Identificar a ocorrência de silenciamentos – entendidos aqui como a omissão ou supressão por parte dos meios jornalísticos quanto a fatos ou acontecimentos relevantes (independentemente do suporte utilizado, se impresso, eletrônico ou digital) na rotina produtiva dos tradicionais meios de comunicação – pode se constituir em um primeiro passo para a compreensão do modo como funciona o sistema de produção da notícia e seus efeitos no que se refere à área ambiental. Nesse caso, entendemos que é fundamental recuperar a maneira como o Jornalismo vem sendo edificado e, a partir disso, fazer a proposição de práticas que possam ser adotadas para aperfeiçoar o trabalho que hoje já é realizado.

Considerando a importância do estudo em torno da constituição da memória social e o papel exercido pelo Jornalismo nesse processo, entendemos que o resgate acerca daquilo que até hoje vem sendo postulado na esfera ambiental tem importância singular. Na perspectiva relacionada



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



ao ambiente natural, realizar um mapeamento desse espectro é elementar para a análise da área e a importância a ser a ela atribuída pela sociedade. No campo das Ciências Sociais, esse é um tema que, conforme revela Giddens (1991, p. 17), jamais despertou o interesse dos pesquisadores: “Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas pela sociologia, e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldades em desenvolver uma avaliação sistemática delas”. Isso posto, entendemos que é este o instante de o próprio campo do Jornalismo fazer essa investigação.

Em busca realizada junto ao banco nacional de teses e dissertações da Capes¹⁶ e também no portal Domínio Público¹⁷, identificamos a ausência de qualquer estudo realizado, até aqui, no sentido de investigar os passos descritos pelo assim chamado Jornalismo Ambiental. Decorre daí nossa pretensão de apresentá-lo como um horizonte pertinente para o desenvolvimento de uma pesquisa de fôlego, capaz de apontar um diagnóstico em torno do Jornalismo Ambiental na região Sul do Brasil. Como acima indicamos, o foco da pesquisa possivelmente se volte para essa região, pois é nela que se desenvolveu o movimento articulado¹⁸ de maior volume para a defesa da bandeira ambiental.

Referências

BELMONTE, Roberto Villar. História do jornalismo ambiental brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ALCAR, 2015. No prelo.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

¹⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – <http://bancodeteses.capes.gov.br/#>

¹⁷ Biblioteca Digital Domínio Público – <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>

¹⁸ Para exemplificar este movimento articulado, tanto na capital quanto no interior do estado, indicamos duas entidades: 1) A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em Porto Alegre em 27 de abril de 1971, ainda hoje atuante e com informações disponíveis em diferentes espaços, como site (<http://agapan.blogspot.com.br/>) e fan page (<https://www.facebook.com/agapanbrasil?fref=ts>) e, 2) A Associação Ijuense de Proteção ao Ambiente Natural (AIPAN), organização não-governamental fundada em 1973 na cidade de Ijuí, no noroeste do RS, declarada de utilidade pública, conforme Decreto Executivo n. 1596/1992 da Prefeitura de Ijuí e Boletim n. 320/1993 do Governo do Estado. O site da entidade é <http://aipan.org.br/> e sua fan page pode ser acessada em <https://www.facebook.com/Aipan-Associa%C3%A7%C3%A3o-Ijuense-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-ao-Ambiente-Natural-209822749150899/timeline/>



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/

- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MATURANA, Humberto et al. (orgs.). **A ontologia da realidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 197-208, maio 1999.
- NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2008.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: 26/06/2015.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Gaia, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: volume I: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. **Teorias do jornalismo: volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa e transnacional**. 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013.